

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.201 - ES (2019/0297788-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **SAMARCO MINERAÇÃO S/A**
ADVOGADOS : **LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO - MG069508**
 THIAGO BRAGANÇA - ES014863
 IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO - ES027444
AGRAVADO : **VALDIR ROTTEMBERG**
ADVOGADOS : **NECILDA DE JESUS - ES006939**
 BARBARA LÍCIA DE JESUS FERREIRA - ES027229

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE INVERTEU O ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE - DANO AMBIENTAL - CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO VULNERABILIDADE VERIFICADA RECURSO IMPROVIDO.

1. Em matéria de direito ambiental a inversão do ônus da prova é plenamente acolhida, fundamentando-se na aplicação do art. 6º do CDC. Precedentes. 2. No caso vertente temos o chamado consumidor por equiparação, na forma do artigo 17 do CDC, sendo possível a inversão da carga probatória para facilitar sua defesa em Juízo, ante a vulnerabilidade verificada. 3. Não merece guarida a alegação da agravante de ser impossível a produção da prova, visto que a inversão do ônus da prova determinada se refere especificamente aos danos causados na lavoura, fato que pode ser comprovado através das diversas modalidade probatórias previstas no ordenamento processual. 4. Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante violação dos artigos 373, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil; 2º, 3º e 17 do Código de Defesa do Consumidor, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento das omissões relativas à ausência da possibilidade de distribuição diversa do ônus da prova, haja vista a ré não deter condições de dimensionar a extensão de

terra e recurso hídrico utilizados pelo demandante, anteriormente ao evento que se alega o nexo de causalidade.

Sustenta que a prova pericial não será suficiente para a verificação da ocorrência dos fatos alegados pelo autor, dada ausência de prova das atividades antes desempenhadas na faixa de terra em que se alega o prejuízo.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada"* (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 21/6/2016).

Quanto à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, havendo fundamentação quanto à complexidade probatória que envolve demanda ambiental, bem como da inversão do ônus da prova diante da hipossuficiência técnica e financeira do autor, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

O Tribunal de origem concluiu pelo cabimento da inversão do ônus da prova, apresentando a seguinte fundamentação (fls. 177-179, e-STJ):

Apenas para nortear o julgamento, destaco que na demanda originária o agravado, produtor rural, busca o recebimento de indenização pelos danos materiais e morais advindos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.

É cediço que em matéria de direito ambiental a inversão do ônus da prova é plenamente acolhida, fundamentando-se na aplicação do art.

6º do CDC, (...)

Além disso, no caso vertente temos o chamado consumidor por equiparação, na forma do artigo 17 do CDC, sendo possível a inversão da carga probatória para facilitar sua defesa em Juízo, ante a vulnerabilidade verificada. (...)

Portanto, deve ser mantida na íntegra a Decisão combatida, eis que devidamente fundamentada e amparada na vulnerabilidade técnica, fática e jurídica do agravado.

Não merece guarida, também, a alegação da agravante de ser impossível a produção da prova, visto que a inversão do ônus da prova determinada se refere especificamente aos danos causados na lavoura, fato que pode ser comprovado através das diversas modalidades probatórias previstas no ordenamento processual, como, por exemplo, a prova pericial.

Observo que o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, que reconhece o cabimento da inversão do ônus da prova nas ações de reparação civil potencialmente decorrente de dano ambiental e que tal inversão não onera excessivamente o demandado. De igual teor, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE. PESCADORES. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1760614/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/5/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar, na espécie, no óbice contido na Súmula nº 7/STJ, haja vista que os fatos já restaram delimitados nas instâncias ordinárias, devendo ser revista nesta instância somente a interpretação dada ao direito para a resolução da controvérsia.
3. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, sendo irrelevante, na hipótese, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.
4. O princípio da precaução, aplicável ao caso dos autos, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos ao meio ambiente e, por consequência, aos pescadores da região.
5. Agravo interno não provido.
(AgInt no AREsp 1311669/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 6/12/2018)

Ademais, rever tais premissas lançadas no acórdão atacado esbarraria no óbice da Súmula nº 7, desta Corte Superior. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE DANO AMBIENTAL. 1. INEXISTÊNCIA DE DANOS INDENIZÁVEIS. AUSÊNCIA DE INFRINGÊNCIA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. ALTERAÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O acolhimento das teses recursais - a aplicação da inversão do

Superior Tribunal de Justiça

ônus da prova e a própria comprovação dos danos indenizáveis -, somente poderia ocorrer mediante reexame direto do acervo fático-probatório, a fim de serem extraídas conclusões fáticas em sentido contrário àquelas estabelecidas pelo Tribunal de origem, providência manifestamente proibida nesta instância, dado o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1444862/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 27/9/2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora